

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Programa de Graduação em Relações Internacionais

**DA DITADURA À DEMOCRACIA:
O pleito às Malvinas como uma constante na história política argentina
(1820-1983)**

Fabiane Cristine Almeida Freitas

**BRASÍLIA – DF
2014**

FABIANE CRISTINE ALMEIDA FREITAS

**DA DITADURA À DEMOCRACIA:
O pleito às Malvinas como uma constante na história política argentina
(1820-1983)**

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes

BRASÍLIA – DF

2014

Fabiane Cristine Almeida Freitas

**DA DITADURA À DEMOCRACIA:
O pleito às Malvinas como uma constante na história política argentina
(1820-1982)**

Monografia apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Relações Internacionais.

Aprovado em ____ de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes
Departamento de História
Universidade de Brasília
(Orientador)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Vidigal
Departamento de História
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Thiago Gehre Galvao
Departamento de Relações Internacionais
Universidade Federal de Roraima

*Dedico a Deus, aos meus Orixás
e Guias e à minha mãe, por serem
essenciais na minha formação.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e aos meus Guias espirituais pela fonte inesgotável de força, luz e amor, necessárias para minha formação como pessoa. À mamãe por ser meu porto seguro e haver sustentado todos meus esforços na minha caminhada até aqui, me transmitindo, de maneira incondicional, sua fé, garra, confiança, crença e afeição.

Aos meus avós maternos, que, com todo carinho, me consolaram e apoiaram em todos os momentos tortuosos da minha trajetória.

À minha tia, que esteve presente quando conquistei meu sonho de entrar na UnB e agora me olha lá de cima, pelo zelo, ternura e humildade que ainda ecoam em meus pensamentos.

Sou imensamente grata ao meu orientador, Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes, primeiramente, por ter aceitado trilhar este caminho acadêmico comigo. Por ter o dom de ser um excelente educador que, com afinco, avidez e paixão pela profissão, compartilha seu vasto conhecimento e cultura. Pela dedicação e tempo investidos na orientação dos meus estimados projetos. E por sempre ter incentivado, acreditado e confiado na minha capacidade acadêmica.

Por fim, muito agradeço aos meus queridos amigos, que me acompanharam como uma segunda família durante a realização desse sonho.

RESUMO

O marco transicional da democracia argentina ocorreu após uma grande crise enfrentada, em pleno século XX, na sua trajetória política: a Guerra das Malvinas. Por meio do estudo que transpassa o início da soberania das Ilhas até a ruptura do último regime ditatorial, que tem como recorte temporal o período de 1820 a 1983, pretende-se apresentar a importância das Ilhas Malvinas como uma constante na história política do governo Argentino. Além disso, serão levantados indicadores da perpetuação desse interesse secular argentino na recuperação da soberania do arquipélago, que ficou sob sua posse por apenas 13 anos. O presente trabalho almeja, ademais, analisar o comportamento do governo argentino frente às Ilhas, dando ênfase especial ao período que circunda a Guerra das Malvinas. Esse marco temporal dar-se-á por motivos de discrepâncias no trato do conflito pela Junta Militar e pelo governo democrático, porém, ao mesmo tempo, por ambos terem em comum o interesse em recuperar a soberania das Ilhas.

Palavras-Chave: 1.Argentina; 2.Grã Bretanha; 3. Ilhas Malvinas; 4.Soberania; 5.Ditadura; 6.Democracia; 7.Política de Estado

ABSTRACT

The transitional framework of Argentinean democracy occurred after a major crisis faced in the twentieth century in its political career: the Falklands War. Through the study that pierces the start of the sovereignty of the islands until breakage of the last dictatorship that has as timeframe the period 1820-1983 it is intended to present the importance of the Falkland Islands as a constant in the political history of the Argentinean government . In addition, will be raised indicators of Argentinean's perpetuation in this secular interest in the recovery of the archipelago's sovereignty, which was in its possession for only 13 years. This study aims, further, to analyze the Argentine government's behavior in the islands, with special emphasis on the period surrounding the Falklands War. This timeframe will be given for reasons of discrepancies in the treatment of the conflict by the military forces and the democratic government, but at the same time, both have a common interest in recovering the sovereignty of the islands.

Keywords: 1.Argentina; 2.Great Britain; 3.Falkland Islands; 4.Sovereignty; 5.Dictatorship; 6.Democracy; 7. State Policy

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – CONTEXTO MUNDIAL DE 1970	4
CAPÍTULO 2 – O INTERESSE SEMINAL PELAS ILHAS MALVINAS	12
CAPÍTULO 3 – A PERPETUAÇÃO DO INTERESSE PELAS ILHAS	18
CONCLUSÃO	24
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	26

Introdução

De acordo com Roberto Russel (1996, p. 163-165), os anos do Processo de Reorganização Nacional, que recortam o período de 1976 a 1983, foram uma fase de desencontro entre os governos argentino e estadunidense. O que permitiu uma análise equivocada, pela parte portenha, de relação de comprometimento entre ambas as partes. Embora um dos direcionamentos da Política Exterior da Junta Militar tenha sido construir uma melhor relação com o governo norte-americano, por meio do combate às ideologias subversivas ao capitalismo, as violações dos direitos humanos e a invasão nas Ilhas Malvinas feitas pelo regime ditatorial argentino frenaram drasticamente o fomento positivo dessa relação.

A diplomacia de Galtieri, que, segundo Russel (1996, p. 164) visava, um alto perfil na luta ideológica da Guerra Fria, tinha objetivo de caminhar lado a lado com os Estados Unidos. No entanto, ao invadir as Ilhas Malvinas em abril de 1982 frustrou essas expectativas de cumplicidade “natural”. Com o início da retomada da democracia em 1983, Raul Alfonsín prometia percorrer um caminho na política exterior que recompusesse a relação com o governo estadunidense. A fim de atingir esse objetivo, foi elaborado pelo Chanceler Dante Caputo um esquema de vinculação. Contudo, a fase inicial de seu governo provocou receios pela Casa Branca ante as más políticas econômicas formuladas por Alfonsín. Os temores do governo estadunidense foram espantados com o Plano Austral, que, por meio do congelamento de preços, salários, câmbio e tarifas públicas, ajuste fiscal, renegociação da dívida externa e reforma monetária, seguia os compromissos econômicos externos sem infringir o regime do ordenamento financeiro internacional.

Em dezembro de 1983, Alfonsín, sob os auspícios americanos de redemocratização e melhora do desempenho em direitos humanos na América Latina, inicia seu governo com o plano de “julgar os principais responsáveis do terrorismo de estado” (NOVARO, 2010, p.195) por meio da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas e de julgamentos de ex-comandantes militares. Ademais, na esfera econômica a prioridade estava em recompor o sucateamento da sua zona industrial e controlar a inflação, por meio de planos econômicos (Austral e Primavera) que tinham aprovação norte-americana em detrimento da aprovação interna. Prisioneiro

de uma hiperinflação, Alfonsín renunciou seu governo em julho de 1989, cinco meses antes do previsto para o término de seu mandato. Assim, ocorreu o que não era visto desde 1928 na história do país, quando assumiu outro civil, o justicialista Carlos Menem.

Embora as medidas do governo Alfonsín fossem protagonistas em termos de política econômica e de direitos humanos, a questão das Ilhas Malvinas permaneceu em sua agenda de política exterior. As medidas consideradas como confronto às ideologias norte-americanas por de la Balze (1997) foram: 1) a negativa em declarar o cessar de hostilidades (proposto por Margaret Thatcher, que visava a solução pacífica); 2) patrulhar excessivamente as águas do entorno das Ilhas (havendo, inclusive, o afundamento de um barco pesqueiro de Taiwan); 3) Assinar acordos de pesca em águas Malvinas com a União Soviética (provocando a criação da zona econômica exclusiva de uso britânico) e o desenvolvimento do míssil Condor II, que prometia o bombardeio das Malvinas desde o sul argentino, na costa patagônica.

Essa característica de confronto em relação às Ilhas permaneceu no regime democrático, mesmo com o fracasso na tentativa de sua posse pelo uso da força em abril de 1982. Como é bem levantado por Carlos Escudé e de la Balze, existe um “legado cultural de nacionalismo ‘confrontativo’ que caracterizou a cultura política argentina”. É proposto neste trabalho entender a relação desse nacionalismo com o interesse pela soberania das Malvinas, dentro do recorte temporal de 1981 até 1989, além de apresentar o conflito lindeiro das Ilhas como uma constante na história política bonaerense.

Nesse contexto, propõe-se avaliar o comportamento de um Estado semiperiférico¹ enfrentar uma grande potência, ainda que houvesse uma proximidade ideológica ocidental. Adotando, para tanto, o marco temporal de 1820 a 1983 em função, respectivamente, da tomada territorial inicial e reivindicação da soberania das ilhas. Além disso, pretende-se compreender as tomadas de decisão concernentes ao tema de soberania das Ilhas, feita pela junta militar, que levantariam as razões que fomentaram os conceitos de nacionalismo de Ernest Gellner (1981), e pelo regime democrático de Alfonsín, que recaía nos conceitos de potência e glória fundamentados

¹ Segundo Immanuel Wallerstein (2006,p.48) um Estado semiperiférico se situam “sob pressão dos estados fortes e pressionando os estados fracos, sendo que sua maior preocupação é manter-se a distância da periferia e fazer o possível para ascender ao centro”.

por Raymond Aron (2002). Conceitos esses que cada regime usou, de maneira distinta, como instrumento para obter o mesmo fim: a soberania das Ilhas Malvinas.

O primeiro capítulo do trabalho abordará o contexto mundial os anos que cerceiam 1970, pois esta época recorta o regime ditatorial argentino e auxilia no entendimento da decisão de Galtieri em usar a força para reconquistar sua soberania. No segundo capítulo, serão levantados os primórdios históricos do interesse britânico, espanhol e argentino, desde o seu descobrimento no século XVI até o estabelecimento da ONU em 1945, sobre as Ilhas. Com isso, é possível observar a retórica secular do direito de soberania inglês e portenho. No terceiro capítulo, o foco será dado ao posicionamento argentino, acerca das Malvinas, perante aos foros internacionais, entre 1945 até a eclosão da Guerra em 1982, traçando os pontos chaves na sua história política. Além disso, se pretende fazer uma análise da tomada de decisão da Junta Militar e, posterior ao fracasso da tentativa de posse, por quais razões o governo democrático ainda estaria preso à questão Malvinas.

Por fim, o propósito geral do presente trabalho será apresentar a existência constante da tentativa de soberania argentina em sua história política. Em outras palavras, a questão das Ilhas, seria uma “problemática permanente [...] que qualquer governo deverá lidar independentemente de seu manifesto político” (HEKIMIAN, 2002, p.8).

Capítulo 1 – Contexto Mundial de 1970

As principais características que marcam o mundo dos anos pós-choque do petróleo em 1973 são, segundo Hobsbawm (2012,p.393), de instabilidade e crise. Era a entrada de uma nova fase da economia global, a qual desacelerou o crescimento nos países capitalistas, exceto os que estavam em um recente desenvolvimento industrial, especialmente os localizados na região oriental. O final do século XX apresentou um melhor cenário para os países desenvolvidos capitalistas. Inseridos em um novo panorama econômico transnacional, dinâmico e globalizado de fins da década de 1980, o mundo capitalista desenvolvido se encontrava “mais ricos e mais produtivos do que no início da década de 1970” (HOBSBAWM, 2012, p.393).

Esse cenário positivo não foi encontrado nos países do Terceiro Mundo em findos da década de 1970, pois, de maneira geral, estes se encontravam submergidos em crises e dívidas. Isso foi observado em organismos financeiros como o Banco Mundial que “contava apenas sete economias, entre as 96 de ‘baixa’ e ‘média renda’ que acompanhava, que tinha dívidas externas substancialmente abaixo de 1 bilhão de dólares” (HOBSBAWM, 2012, p. 411). Em algumas regiões do globo houve uma depressão aguda na década de 1980. A pobreza massiva, a estagnação do crescimento econômico e a queda da produção atingiram com força países da África, Ásia ocidental e América Latina (HOBSBAWM, 2012, p. 395).

Os vinte anos pós-guerra que marcaram a ascensão do capitalismo econômico e os Estados Unidos como país *Hegemon* entraram em declínio com a Guerra do Vietnã e os choques do Petróleo (1973 e 1979). Os mecanismos de combate a essa crise e reestruturação do capitalismo, promulgados pelo governo norte-americano (inconvertibilidade do dólar, a nova divisão internacional do trabalho e a revolução tecnológica), impactaram de maneira negativa os países do Terceiro Mundo (VIZENTINI, 1999, p.12).

A queda da hegemonia norte-americana teve como uma de suas bases a fatídica Guerra do Vietnã, por isso, cabe descrever alguns pontos desse “primeiro empenho no exterior em que as convicções morais da América conflitaram com o possível” (KISSINGER, 1999, p.735). É importante destacar que a retirada do exército norte-americano, além de ser uma operação delicada para Nixon, foi um esforço hercúleo para desfazer a atuação de quatro presidentes, que em vinte anos impuseram a guerra como, segundo Kissinger (1999, p.735), cruciais em assegurar a liberdade dos povos.

Para tanto, a administração Nixon planejava equacionar essa problemática por meio de “um desfecho que possibilitasse aos EUA prosseguir no seu papel internacional de pós-guerra, de protetor e sustentáculo de povos livres” (KISSINGER, 1999, p.736). Desde um posicionamento inclinado a negociação, a solução seria por meio de um desfecho pacífico. Assim, o presidente optou pela “vietnamização”, pois seguia sua estratégia saída da guerra sem a capitulação. Ademais, essa iniciativa assegurava o balanceamento dos elementos norte-americanos mais importantes para se desvincular do Vietnã: “preservar o moral interno dos EUA, dar a Saigon uma oportunidade justa de tomar conta das coisas e convencer Hanói a fazer um acordo” (KISSINGER, 1999, p. 743).

Essa situação forçou os Estados Unidos a enxergarem que o objetivo de expansionismo da moralidade norte-americana, mesmo com um forte poderio material do país, na visão de Kissinger (1999,p.764), tinha certa limitação. Além disso, houve uma falta de consideração estadunidense pelos acontecimentos culturais e políticos internos do Vietnã, como é destacado por Kissinger (1999,p.762):

Convencidos do encanto universal de seus valores, os EUA subestimaram muito os obstáculos à democratização, numa sociedade moldada pelo confucionismo, e entre um povo que lutava por sua identidade política em meio a um ataque de forças externas.

Esse cenário de relativo descaso estadunidense para com a América Latina proporcionou “um novo contexto mundial de multilateralização e propagação da crise pela periferia” (VIZENTINI, 1992, p. 13), no qual os movimentos sociais se uniram, com um suporte socialista, em uma onda revoluções em prol da liberdade nacional. Para enfrentar essas ondas de instabilidade sociais e evitar implicações na confrontação Leste-Oeste, especificamente na América Latina, o governo norte-americano retirou, por vias diretas e indiretas, os regimes vistos como de esquerda na região (PECEQUILO,2011,p.231).

Além de esse fator político somar aos movimentos sociais dos países sul-americanos, as crises econômicas geradas pelos choques do petróleo de 1973 e 1979 também podem ser consideradas uma força motriz para manifestos da população. As reações em cadeia da crise financeira atingiram, de maneira assimétrica, os países, e, segundo Paulo Roberto de Almeida (2001, p.92), “os que não dispunham de bens duráveis para satisfazer a sede de demanda dos países petrolíferos como o Brasil

endividaram-se para sustentar o nível de atividade”. Nesse sentido, os efeitos negativos dos choques nos países em desenvolvimento, que, de acordo com Torres Filho (2008, p.203), desequilibraram externamente a sua estrutura econômica e comercial, sugere o despertar de uma mudança social, em particular nos países da América do Sul.

A relação entre as crises financeiras, as transformações sociais e mudanças políticas, esteve presente também na queda da bolsa de 1929. Considerada como a maior depressão econômica enfrentada pelo capitalismo, seus efeitos ecoaram em escala global e por mais tempo que previa a declaração de ser apenas um “incidente temporário” do presidente Hoover (apud KARNAL, 2000,p.206). Esse efeito dominó da crise, “amplificados pelas políticas econômicas desastrosas adotadas pelas grandes economias” (ALMEIDA, 2001, p. 91), incluídos o fim do padrão ouro e problemas cambiais, ocasionaram, em 1931, a declaração da inconvertibilidade das moedas de países da América Latina. Dada a integração econômica global, não havia escapatória para as consequências da crise, tendo como um dos resultados, em 1932, segundo Karnal (2000,p.206), a queda em 33% da produção industrial global e o desaparecimento da produção agrícola em países em desenvolvimento.

O quadro norte-americano de crise econômica e política minava o moral de sua sociedade, projetando essa faceta para a dimensão exterior. Com a extração das tropas do Vietnã, os choques do petróleo e a renúncia de Nixon pelo escândalo de *Watergate* em 1974, os Estados Unidos sofreram, na visão de Karnal (2000, p.253), uma “crise de autoridade”. Nesse tocante se instaurou, segundo Pecequillo (2013, p.192), uma insegurança na credibilidade e liderança norte-americana frente a seus adversários e parceiros. Com esse declínio dos Estados Unidos é possível inferir, seguindo a lógica da corrente teórica da estabilidade hegemônica, que, em termos gerais, confere a assimetria de poder entre Estados como “a forma principal de controle em todo o sistema internacional” (GILPIN, 1981:77, 202 apud KEOHANE, 1993, 78), sendo que a manutenção de uma determinada ordem provida por um poder hegemônico, que o enrijecimento dos regimes políticos da América do Sul pode ter sido influenciado pela crise na hegemonia norte-americana.

Destarte, o final da década de 1960 até meados de 1970 foi marcado por diversos regimes ditatoriais se consolidando na política da América do Sul. Com o intuito de varrer o comunismo e implementar os valores capitalistas, mesmo que com uso da força e violação dos direitos humanos, os EUA influenciaram e investiram em golpes de

países como o Paraguai, em 1954, Brasil, em 1964, Chile, em 1973, Uruguai, em 1974, e Argentina, em 1976 (KARNAL, 2011, p.242).

O principal discurso oficial que fundamentou a tomada do poder pelos militares foi, de acordo com Ana dos Santos (2000, p.70), o desenvolvimento da economia de seus respectivos países. A democracia instável experimentada antes dos golpes não dava segurança política para promover a “modernização capitalista” de mercado, pois “as políticas econômicas a serem implementadas deviam estar a salvo das consequências do pluralismo político” (SANTOS, 2000, p.70). Essa retórica oficialista da promoção econômica capitalista por vias extremas pode ser vista em alguns países sul-americanos, no entanto, em sua maioria, a prática fora, principalmente, combater inimigo vermelho estadunidense por meio do uso de violência. Assim, a título de exemplo, serão brevemente abordados os casos do Paraguai, Brasil, Chile, Uruguai e Argentina.

No período entre 1954 e 1989, o Paraguai viveu um dos regimes mais sangrentos da América Latina, na visão de Padrós (2008, p.9). Alfredo Stroessner, resguardado em sua retórica de luta contra o comunismo, praticou com veemência a perseguição e violência em seu país. Ademais, sob a égide do governo, exército e no partido colorado, Stroessner derramou sangue de numerosos paraguaios perseguidos pelo regime, e, por meio do discurso de combate subversivo muito em voga na Guerra Fria, “encobriu negócios espúrios vinculados à corrupção, ao tráfico de armas e de drogas, roubo de automóveis e contrabando de produtos eletrônicos” (PADRÓS, 2008, p.9).

Em 1964, no Brasil foi derrubado o governo constitucional em prol de valores e ideologias de desenvolvimento econômico bem descrito por Luciano Martins (1986, p.115). De acordo com Martins, o regime proferia como discurso oficial que, em primeiro lugar, a sociedade brasileira ainda não estava desenvolvida (politicamente e socialmente) para alcançar a real democracia. Ademais, o objetivo de se instituir uma democracia estável seria logrado via “promoção do desenvolvimento econômico” e “consolidação e expansão de relações capitalistas”. Nesse sentido, sob o ponto de vista da política externa, o general Castello Branco, visava saltar da neutralidade em direção ao confronto bipolar. Segundo Amado Cervo(2011, p.395), uma das abordagens na política externa brasileira do início do regime ditatorial foi se imiscuir à bipolaridade vigente. Assim, os Estados Unidos eram prioridade, em termos de relações comerciais e políticas, para somar forças no combate ao “inimigo comunista” e proporcionar o encontro entre os “interesses econômicos e comerciais com afinidade política e a segurança coletiva” (CERVO, 2011, p.396).

O governo com veia marxista de Salvador Allende tem sua derrocada no golpe militar de 11 setembro de 1973. Nesta data o general Augusto Pinochet assume a presidência. Segundo Zárate (2013, p. 19), “se a experiência brasileira gerou impacto nos Estados Unidos, o triunfo de Allende foi sensivelmente intolerável”. Desse modo, a nova ditadura instaurada no Cone Sul, sob a ótica econômica, adota o comportamento neoliberal. Nesse sentido, segundo Zárate (2013), o novo projeto chileno transpassa o perfil econômico e toca as esferas político, social e cultural. Isso ocorre, de acordo com Garretón (1988, p.151), pois “consagra-se uma concepção de sociedade como mercado, em que a estratificação e segmentação aparecem como naturais.” Desse modo, manifestos coletivos organizados foram repelidos, por serem considerados “politizados”, e perde-se a noção de Estado interventor nas demandas sociais.

Quase uma década após o golpe no Brasil, o governo do Uruguai, liderado pelo civil Juan María Bordaberry, instaura, juntamente com as Forças Armadas, um regime civil-militar inconstitucional. A defesa militar era de que, segundo Charles G. Gillespie (1988, p.269), seriam os únicos capazes de “promover o desenvolvimento e eliminar a ‘subversão’ de forma mais bem-sucedida que o presidente”. Sentindo-se recuado do cenário político, Bordaberry se soma as Forças Armadas e fecha a Assembléia Nacional em junho de 1973, a fim de estabelecer o desenvolvimento econômico.

Após um ciclo de 46 anos de intervenções militares e democráticas, a Argentina assiste ao início de seu último período de regime ditatorial em 1976. A diversificação de setores da sociedade civil e as guerrilhas foram julgadas como propensas a desordem, assim, as Forças Armadas deveriam sanar a população argentina desse mal. Além disso, Dos Santos (2000, p.74) destaca que o movimento sindical peronista ativo e organizado foi outro fator para fomentar a intervenção militar, pois estes se sentiam ameaçados pela popularidade do peronismo na sociedade, especialmente entre a classe operária. Para tanto, seria usado pelo regime militar um programa liberal, em detrimento dos desaprovados populismo e desenvolvimentismo (CAVAROZZI, 1986, p. 68-70). A partir dessa condição liberal, o principal objetivo da junta militar seria proclamar guerra contra toda a subversão.

A eclosão desses regimes, fruto do contexto da Guerra Fria, teve como líder interventor direto ou indireto os Estados Unidos. Todavia, “mesmo esse padrão de interferência não foi suficiente para sinalizar qualquer interesse específico dos Estados unidos” (PECEQUILO, 2011, p.231) nos países do Terceiro Mundo. Essa negligência parcial da América Latina na agenda norte-americana de detenção ao comunismo teve

sua retomada em 1969, pois, em contraste com o governo de Kennedy que visava a expansão de novas fronteiras, a diplomacia de Richard Nixon projetava “ênfasis o relacionamento dos Estados Unidos com as grandes potências mundiais – Europa, Japão, China e União Soviética” (PECEQUILO, 2011, p.231).

Houve uma quebra nessa estrutura de relativa negligência quando Jimmy Carter assumiu a cadeira presidencial dos Estados Unidos em 1977. Um dos propósitos centrais da política externa de Carter para a América Latina era, segundo Pecequilo (2011, p.233), a questão dos Direitos Humanos. A partir disso, foi desconstruído o relacionamento de apoio aos regimes autoritários, seguido de fortes recomendações para melhoria dos direitos humanos.

Enquanto a América Latina estava em segundo plano na agenda de política externa norte-americana, no governo de Richard Nixon, a região oriental obteve sua maior atenção para aproximação. Segundo Buss (1972, p. 91), Nixon acreditava que precisava direcionar seus esforços na China, onde devia medicá-la com o sistema capitalista. Isso é deixado claro na publicação de Nixon para a revista *Foreign Affairs* (1976 apud BUSS, 1972, p.91):

The world cannot be safe until China changes. Thus our aim, to extent that we can influence events, should be to induce change. The way to do this is to persuade China that it *must* change, that it cannot satisfy its imperial ambitions, and that its own national interest requires a turning away from foreign adventuring and a turning inward toward the solution of its own domestic problems.

Com esse depoimento, Nixon deixava claro que seu objetivo de mudar a China estava somado ao de frear o avanço comunista em um país de um bilhão de habitantes. Desse modo, as ações em curto prazo seriam traduzidas em contenção e persuasão dos hábitos chineses para o aceite das regras capitalistas internacionais. Com isso, em longo prazo, a China seria fisgada para a comunidade internacional do sistema capitalista (BUSS, 1972, p.91).

Entrando em uma fase de maior negociação em detrimento aos confrontos prévios, Nixon abre as portas para a China. De acordo com Buss (1972, p.92), houve certa flexibilidade no ramo turístico e de negócios para com a China, pois agora se modificaram os vistos para viagens, possibilitou-se a venda de material não estratégico pelo setor privado norte americano e foi autorizada a compra de produtos produzidos em solo chinês pelo turismo americano.

Através da política externa sustentada pela *détente*, que segundo Pecequilo(2013, p.193) “trouxe concepções inovadoras que sinalizaram um momento diferenciado nas relações internacionais norte-americanos”, a administração Nixon propôs findar a expansão da União Soviética ao se aproximar com a China comunista, uma estratégia que contrariava “uma das regras fundamentais da contenção, se aproximassem de um país comunista para combater outro” (PECEQUILO, 2013, p.198). Desse modo, as ações em curto prazo seriam traduzidas em contenção e persuasão dos hábitos chineses para o aceite das regras capitalistas internacionais. Com isso, em longo prazo, a China seria fisgada para a comunidade internacional do sistema capitalista (BUSS, 1972, p.91).

Ações, nesse sentido, refletiam uma tendência nova norte-americana em traçar sua política externa frente aos países asiáticos sob a ameaça comunista. Marcada pelos desencontros entre as regiões durante a guerra do Vietnã, e, somado a isso, a impopularidade social norte-americana pelas vítimas e alto ônus em termos de custo, essa nova tendência estava caracterizada em “admitir que o poderes puramente militar e econômico são instrumentos limitados da política”(BUSS, 1972, p.97). Destarte, nota-se um esforço de aproximação por vias diplomáticas pelo governo de Nixon a países asiáticos, em particular a China.

Outra estratégia almejada na *détente* foi estabelecer um equilíbrio de poder no cenário internacional, pois, dado o fraco posicionamento interno e externo estadunidense provocado pela fracassada Guerra do Vietnã, era necessário, na visão de Pecequilo (2013,p.197) uma projeção internacional distribuída para os “Estados Unidos reconquistarem seu poder ante seu rival”. Para tanto, seriam traçados acordos que formassem uma dependência soviética perante aos Estados Unidos, que, no caso, estariam envoltas nas áreas comerciais e de armamentos. O meio prioritário de atingir uma “subordinação” soviética estava na relação de trocas comerciais, a qual, de acordo com Pecequilo (2013, p. 199) explorava “as dificuldades da União Soviética em suprir bens e comida à população e ter acesso a tecnologias mais desenvolvidas do Ocidente”.

Em segundo lugar, a Casa Branca se preocupava com o conter não só a possibilidade bélica, como também o dispêndio da corrida armamentista por meio do diálogo. Na visão de Spanier (apud PECEQUILO, 2013, p. 199) os intuits norte-americanos em controlar os armamentos soviéticos residiam em quatro fatores:

Tornar a corrida armamentista mais previsível, assegurar a paridade, reduzir as ameaças e funcionar como um indicador do nível do relacionamento bipolar.

Em termos práticos, a distensão resultou no SALT I (*Strategic Arms Limitation Talks*), exercido entre 1972 e 1974 e o SALT II, que, embora houvesse sido firmado, não vigorou por motivos de “encerramento da *détente* e o reinício de hostilidades a partir da invasão do Afeganistão pela União Soviética em 1979” (PECEQUILO, 2013, p.199). De maneira geral, a política externa inovadora de Nixon proporcionou uma repaginada em seu fortalecimento externo e, de acordo com Pecequilo (2013,p.200), transpôs seu posicionamento defensivo para ofensivo.

Paralelamente, cabe ressaltar que a Inglaterra, nessa época já havia consolidado sua passagem de império colonial para a o estado de *CommonWealth*, restando apenas alguns locais como Gibraltar, Malvinas e Irlanda do Norte. A coroa inglesa dominou um quarto da superfície da terra, segundo Hall, Albion e Pope (1961), teve uma reviravolta no seu extenso colonialismo. Os autores atribuem o fator principal, dentre muitos outros, às ondas nacionalistas que se espalhavam, principalmente no período entre as guerras mundiais.

Nesse sentido, Maria Yedda Linhares (2000,p.56), aponta para o contexto da disputa hegemônica da Guerra Fria, travada pelos EUA e União Soviética, como forte influencia na “marcha da descolonização”:

Ambas dispõem de instrumentos de poder e de dissuasão e podem influir nas áreas onde o processo de independência é mais complexo: interesses econômicos em choque, localização estratégica, posição ideológica distinta das lideranças locais.

O grande objetivo norte-americano, segundo Linhares (2000) seria varrer do cenário internacional, qualquer tipo de ideologia comunista, socialista ou marxista, incluindo manifestos nacionalistas e de independência. Já os soviéticos, eram aclamados pela simpatia dos movimentos nacionalistas anticolonialistas e pelo meio intelectual e político de esquerda, pois direcionavam suas ações em todas essas facetas.

Capítulo 2 – O Interesse Seminal pelas Ilhas Malvinas

Esse capítulo visa traçar uma linha do tempo da questão das Ilhas Malvinas para o governo argentino, dado que o conflito territorial perdura há quase 181 anos. Nesse sentido, será abordado o contexto que envolve desde o descobrimento até a Guerra relacionada ao arquipélago. Tendo como objetivo, com o auxílio dessa descrição, uma melhor compreensão do interesse argentino e da disputa envolta nessas Ilhas, é necessário, segundo André Cisneiros e Carlos Escudé (2000) discorrer desde o descobrimento, ainda que “os estudos e teorias sobre os possíveis descobridores concordam que é quase impossível determinar com exatidão” o primeiro descobridor das Ilhas.

A informação precisamente verdadeira é a de que os primeiros olhares sobre as Ilhas ocorreram no século XVI. Nessa época, foram levantadas por diversas literaturas, por meio de critérios discricionários, alguns descobridores: Américo Vespúcio em 1501/1502, Expedição Magalhães de 1520, Alonso de Camargo em 1540, John Davis em 1592 (sendo este o verdadeiro, segundo alegação britânica), Richard Hawkins em 1594, Sebald de Weert em 1600 e os franceses do porto bretão Saint-Malô, em 1698, que as batizaram de ‘Illes Malouines’ em homenagem aos seus marujos, dali se derivou o termo castelhano de Maluinas, e em seguida de Malvinas .

Embora houvesse registros do descobrimento por variados indivíduos, a primeira vez que um britânico tocou o solo Malvino foi em 1690, quando John Strong, por casualidade do direcionamento dos ventos que o tirou da rota, aproveitou esse novo local para se abastecer de focas e pinguins. Nesse momento, foi dado o nome de *Falkland Sound* ao estreito descoberto por Strong, que após foi ampliado para todo o arquipélago. Cabe dizer que, segundo Goebel (1982), não houve formalização legal de soberania britânica nas Ilhas por não haver tentativa de posse ou ocupação. Ademais, Gustafson (1988 apud Cisneiros e Escudé, 2000) destaca que após 76 anos desse ocorrido não existirá ocupação permanente nas Ilhas.

Enquanto os ingleses proclamavam o seu direito às Ilhas se embasando principalmente pelo descobrimento, a Espanha alegava ter seus direitos providos por um fator anterior ao mencionado: as bulas papais. Prática muito utilizada na Idade Média, defendia a centralidade do Papa, como sacerdote de Deus, na tomada de decisão da distribuição de “terras desocupadas para os monarcas cristãos sempre que o fim fosse converter os indígenas pagãos” (CISNEROS; ESCUDÉ, 2000). Em alusão a essa

doutrina, Gustafson (1988 apud CISNEROS;ESCUDÉ, 2000) destaca quando o Rei Henrique II, da Inglaterra, se apossou da Irlanda por meio de sua entrega pelo Papa Adrián. Com o início da Reforma, o respeito às decisões papais pelos monarcas não católicos foi dirimido, por isso, a bula *Inter Coetera*, que dava plenos direitos à Espanha e Portugal sobre os territórios da América, fora ignorado como instrumento de direito internacional.

Em 1749, pela primeira vez, as Ilhas se tornam um tema de negociação diplomática, quando as forças britânicas tentam explorar a área como uma base naval. Assim que o embaixador espanhol situado em Londres descobre esse objetivo, protestou sob o argumento do não direito inglês em concretizar seu fim. A situação nas Ilhas muda com a Guerra dos Sete Anos (1756-1763), pois França e Espanha haviam perdido território colonial para os ingleses. A fim de reconquistar o seu status de império colonial, a França propõe colonizar as Malvinas, para tanto, segundo Cisneros e Escudé, Antoine Louis de Bougainville é escolhido para liderar a nova colônia, tomando posse, em nome do Rei Luís XV, em abril de 1764.

Cinco meses após o assentamento francês nas Malvinas, a Espanha negociou, principalmente por precaução à provável reação negativa inglesa pelo fato de ter sido impedida de explorar as águas em 1749, com a França a soberania das Ilhas e, em abril de 1766, sob a taxa de indenização, retomou sua posse. Um ano após essa retomada, os britânicos mostravam a persistência de seu interesse pelas Ilhas. John Byron se assentou em uma parte da ilha, que foi denominada por ele como Porto Egmont, e, Goebel (1982 apud CISNEROS;ESCUDÉ, 2000) cita que Byron registra: “Tomo posse desse porto e as Ilhas adjacentes em nome de sua Majestade o Rei Jorge III da Grã Bretanha, e as nomeio Ilhas Falkland”.

No entanto, após um acordo entre ambos reinados em 1771, é assinado uma declaração em que, de acordo com Destefani (1982,p.57), os ingleses se comprometessem evacuar as Ilhas, deixando-as da mesma maneira que quando encontraram. Contudo, mesmo se retirando do Porto, as Ilhas ainda eram de direito do reinado Inglês, pois resguardou ao não retirar sua soberania territorial pelo descobrimento. Esse interesse é observado no registro deixado em uma placa em sua saída do Porto Egmont, em 1774:

Saibam todas as nações, que as Ilhas Falkland, com este forte, os armazéns, plataformas de desembarque, portos naturais, baías e riachos a ela pertencentes, são de exclusivo direito e propriedade de sua mais sagrada

Majestade Jorge III, Rei da Grã Bretanha, França e Irlanda [...] Como sinal de posse por S. W. Clayton, Comandante Oficial das Ilhas Falkland. A.D. 1774 (DESTEFANI, 1982, p.59)

A retirada inglesa do Porto Egmont marcou, de acordo com Cisneros e Escudé (2000), a soberania total e exclusiva das Ilhas Malvinas e suas águas circundantes por 37 anos ininterruptos. Mantendo, assim, administração e controle do arquipélago até 1811, quando os espanhóis foram obrigados a evacuar suas populações a fim de recrutarem maiores esforços militares à Revolução de Maio. Destarte, Pablo Guillén, governador espanhol, ao retirar seu capital humano e físico das Ilhas registrou em uma placa, como haviam feito os britânicos, a soberania espanhola sobre as Ilhas:

Estas Ilhas com seus Portos, Edifícios, Dependências e quanto contém pertence a Soberania do Sr. D. Fernando VII Rei da Espanha e suas Índias, Soledad de Malvinas 7 de fevereiro de 1811 sendo governador Pablo Guillén. (PERL, 1983 apud CISNEROS;ESCUDE, 2000)

Cabe ressaltar que em outubro de 1790, após a evacuação inglesa e antes da retirada espanhola, houve a Convenção de Nootka Sound ou de São Lorenzo, assinada pelos dois reinados. Com essa Convenção, de acordo com Goebel (1982, p.475), Grã Bretanha e Espanha colocaram um fim a uma nova disputa com fundamento colonial. Ademais, por meio dos artigos acordados, os títulos legais foram modificados, especialmente pela restrição contida no artigo 6º, o qual afirmava:

Foi acordado também com respeito às costas tanto orientais como ocidentais da América do Sul e Ilhas adjacentes, que os respectivos súditos não formarão no futuro nenhum estabelecimento nas partes destas costas, situadas ao Sul da parte das mesmas costas e das Ilhas adjacentes já ocupadas pela Espanha. Fica entendido que os respectivos ditos súditos conservarão a liberdade de desembarcar nas costas e Ilhas aí situadas, com o propósito de pesca, ou de levantar acampamentos ou outras construções temporárias que sirvam somente para esses propósitos.

Desse modo, esse artigo mostra que não seria possível haver outra ocupação legal pela Grã Bretanha nas Ilhas. Além disso, seu respaldo legal para a tomada das Ilhas em 1833 fora derrocada, pois, “segundo a percepção oficial britânica de 1920, os títulos britânicos anteriores a 1774 haviam perdido sua validade” (CISNEROS;ESCUDE, 2000) após os acordos efetuados na Convenção de 1790. Assim, houve uma mudança de argumentos ingleses para a posse das Ilhas em 1833, como, por exemplo, a Argentina não ser sucessora das terras espanholas.

Em 1820, o governo das recém-autônomas Províncias Unidas do Rio da Prata envia o Coronel Daniel Jewett para tomar posse das Ilhas (GOEBEL, 1982, p.483). Essa ação foi fundamentada pelas Províncias Unidas sobre o princípio do *Uti Possidetis*. De acordo com Cisneiros e Escudé, esse princípio era entendido, naquela época, como definidor da soberania territorial tendo em vista as demarcações administrativas coloniais. Cabe colocar que a posse pela Argentina foi notificada tanto pela Espanha como pela Grã Bretanha em 1821, no entanto, ambos Estados não se manifestaram de pronto. Em 1823, Pablo Areguati foi indicado como governador das Ilhas, com o objetivo, segundo Caillet-Bois (1982 apud CISNEROS;ESCUDÉ), de solidificar a soberania das Províncias Unidas. Logo após, em junho de 1829, foi estabelecido o cargo de Primeiro Comandante Político e Militar das Malvinas cuja pessoa indicada a exercê-lo fora Luis Vernet.

Os argumentos para a posse do arquipélago pelo governo do Rio da Prata, sumariamente, giram em torno de quatro fatores, de acordo com Cisneros e Escudé (2000). Primeiramente, a Espanha, o reinado que colonizara o antigo vice-reinado da prata, possuía as Ilhas. Em segundo, foi usado o direito de ocupação das terras inabitadas, e, por conseguinte, inutilizadas, desde 1811. Em terceiro, as principais potências da época já haviam reconhecido o pertencimento das Malvinas às Províncias Unidas. Por fim, havia maior proximidade entre as Ilhas e a Argentina do que com a Grã Bretanha.

Em contrapartida às justificativas do governo argentino de sua ocupação nas Ilhas, a Grã Bretanha, de acordo com Metford(1982 apud CISNEROS;ESCUDÉ, 2000), se fundamentava em: manter como intacta a sua jurisdição praticada no período do século XVIII; não haver reconhecido o direito de ocupação ao governo de Buenos Aires; considerar as Ilhas como *res nullius*, dado a retirada espanhola total em 1811 e pelo assentamento de Vernet eliminado em 1831 pelos Estados Unidos, por conseguinte, abria portas para “ocupação por parte de qualquer poder que pudesse sustenta-la”.

Paralelamente à ocupação rio-platense, o interesse britânico pelas Ilhas estava se reacendendo. De acordo com Ferns (1979 apud CISNEROS; ESCUDÉ, 2000), o valor das Ilhas era altamente estimado no que toca a sua geopolítica e seu rendimento piscicultor. Nesse sentido, as Ilhas para a Grã Bretanha, como relata Ferns (1979 apud CISNEROS; ESCUDÉ, 2000), seriam a plataforma com uma ótima posição estratégica que facilitaria o combate à pirataria, a pesca de baleias e o tráfego marítimo. Com isso,

levando em consideração as divergências na interpretação dos direitos legais de soberania das Ilhas pelas partes, em janeiro de 1833, após 13 anos de ocupação argentina, é oficializada a tomada territorial das Malvinas pelo governo britânico.

Em face desse evento que marca o início da questão Malvinas, Cisneros e Escudé apresentam a visão argentina e britânica sobre o ocorrido. Enquanto que a informação noticiada, sob o prisma argentino, foi de haverem se apresentado educadamente a chegada dos navios britânicos e, de maneira inesperada, receberem uma intimação agressiva para evacuar as Ilhas. O governo britânico alega que, tendo em vista as terras ainda pertenciam à Grã Bretanha, houve primeiramente uma conversa cordial entre os oficiais de ambos estados, porém, após a resistência argentina, os ingleses foram obrigados a içar “a bandeira nacional, e ordenar que se baixasse a outra, a enviando com uma mensagem cortês” (VIEYRA, 1993, p.161 apud CISNEROS;ESCUDÉ,2000) de volta à Argentina.

No momento em que a notícia chegou em Buenos Aires, Maza, o Ministro das Relações Exteriores, proferiu ao governo britânico que o ocorrido em 5 de janeiro de 1833 fora nada mais que “[...]um exercício gratuito do direito do mais forte[...]para humilhar e rebaixar um povo desarmado e infante” (FERNS, 1979, p.235 apud CISNEROS;ESCUDÉ,2000). Desde então, é marcado o início de um longo período de discussões diplomáticas em torno da soberania do arquipélago. Em meados de junho de 1833, Manuel Moreno, apresentou um documento formal de protesto às ações britânicas nas Ilhas. O “protesto”, que pode ser encontrado completo no texto de Perl (1983, 299-322 apud CISNEROS;ESCUDÉ, 2000), em suma, defendia que:

As Províncias Unidas do Rio da Prata, como comunidade política independente, reconhecida pela Grã Bretanha e outros estados, sucedeu a Espanha nos direitos territoriais desta nessa jurisdição. As Malvinas haviam sido claramente patrimônio da coroa espanhola. Portanto, dado que a soberania espanhola sobre as Ilhas havia cessado pela independência de seus territórios na América, Grã Bretanha não teria direito a reivindicação alguma, por direitos já extinguidos.

Somente no início de 1834 o governo britânico replicou Moreno. Segundo Perl, a resposta oficial inglesa se embasava em insistir que os direitos da Majestade Britânica ainda se perpetuavam, pelo assentamento feito em 1771 no Porto Egmont, e, que a evacuação havia ocorrido por meios austeros. Essa resposta claramente não satisfaz o governo bonaerense, que continuou seu interesse na soberania das Ilhas, adotando como uma política de Estado, se tornando, assim, ao longo dos anos, em um tema de suma

importância na agenda de política externa argentina. Nesse sentido, Hekimian (2002), professor da Universidade Católica da Argentina e funcionário do Ministério da Defesa Argentino, afirma que uma das grandes questões da política exterior argentina seja a atemporalidade em reaver a soberania das Malvinas.

A partir de 1834 até a atualidade os argentinos, na visão de Destefani (1982), se consideram usurpados de sua soberania. Levando em consideração os acontecimentos políticos, econômicos e legais, Destefani enquadra essa usurpação em três períodos. Sendo o primeiro recortado pelo período de 1833 até 1866, o qual tem início a transferência do Porto Luis para Porto Stanley e cuja economia se baseava na caça de lobos-marinhos. O segundo é marcado entre 1866 a 1908, pela consolidação da coroa britânica em relação o desenvolvimento de exportação de gado ‘lanígero’, gerando, assim, um importante aumento na dependência da colônia em relação à colonizadora. Por fim, o terceiro período abarca o início do século XIX até a atualidade. Para os propósitos deste trabalho, no entanto, serão considerados e discriminados, no capítulo seguinte, a perpetuação do interesse argentino pelas Ilhas desde o nascer das Nações Unidas, em 1945, até o período da última ruptura para a transição democrática portenha, em 1983.

Capítulo 3 – A Perpetuação do Interesse pelas Ilhas

Com a criação das Nações Unidas no final da Segunda Guerra Mundial, a Argentina aproveita esse fato para ter um foro internacional, de certa forma, abrangente e neutro, para, segundo Destefani (1982, p. 107), “expressar as reservas de seus direitos sobre as Ilhas”. Dessa forma, ao longo dos anos a República Argentina conquistou alguns feitos nesse organismo internacional. Por exemplo, em 1964, as Ilhas são consideradas como território que deve ser descolonizado e é aceito seu duplo nome como oficial (Malvinas ou Falklands). No ano seguinte, com 94 votos a favor e 14 abstenções ocorre, segundo Destefani (1982,p.107), à emissão da Resolução 2065, considerada por muitos analistas como o trunfo diplomático do governo Illía, que

Convida as partes a negociar para achar uma solução pacífica ao problema. Deveriam ser consideradas as disposições comuns, bem como os objetivos das Nações Unidas e os interesses da população da ilha. (DESTEFANI, 1982, p.107)

Cabe enaltecer que, segundo Destefani (1982,p.107), que todas as negociações incluem as Geórgias e Sandwich do Sul. Em 1967, se estabelecia na ONU a Resolução 1514 XV, que favoreceu posteriormente o governo argentino, no sentido de que situava: “toda situação colonial que lese total ou parcialmente a unidade nacional e a integridade territorial de um país, é incompatível com os propósitos e objetivos da carta”.

Final dos anos 1969, após uma visita inglesa, na pessoa do Lorde Chaldont, ficou claro que, de acordo com Destefani (1982, p.108) a vontade dos ilhéus era de se manter como membros da coroa britânica. O governo argentino estava ciente dessa vontade e, por meio do Embaixador José María Ruda, defendia que o tema da soberania era descabido aos kelpers pelos seguintes motivos:

1. Estes interesses são de Governo a Governo e a solução deve ser proveniente dos dois Estados, e não dos malvinenses. 2. Deve ser aplicado o princípio de unidade nacional e integridade continental (ponto 6 Resolução 1514 XVI). A Argentina foi lesada com a usurpação das Malvinas e sempre apresentou reclamações a respeito. 3. Caso for aplicada a tese britânica nos territórios ocupados pela força e povoados por colonos da potência, triunfará uma posição legítima sob a responsabilidade das Nações Unidas. (DESTEFANI, 1982, p. 109).

A Organização dos Estados Americanos também seria outro palanque de pronunciamento do reclame argentino. O primeiro registro oficial argentino no organismo interamericano se deu durante a conferência de 1947 para a manutenção da

paz e segurança do continente americano. Na qual o chanceler argentino, Atilio Bramuglia proferiu:

A Argentina não reconhece a existência de colônias ou possessões de países europeus e agrega que especialmente reserva e mantém intactos os legítimos títulos e direitos da República Argentina com relação as Ilhas Malvinas, Ilhas Georgias do Sul, Ilhas Sandwich do Sul e terras incluídas no Setor Antártico, sobre a qual a República exerce correspondente soberania. (Lanús, 1984, p.468 apud CISNEROS; ESCUDÉ, 2000).

Em 1954, durante a X conferência do organismo, alguns desses manifestos argentinos foram considerados, pois foram desenvolvidas duas resoluções que contemplavam as questões territoriais relacionadas ao colonialismo. As Resoluções XCVI e XCVII tratavam do fim do colonialismo em terras americanas, com a ressalva de que não faziam alusão a disputas lindeiras entre países “extracontinentais e as Repúblicas americanas” (Lanús, 1984, p.469-70 apud CISNEROS; ESCUDÉ, 2000). Dessa forma, segundo Lanús (1984), “o princípio de autodeterminação não se aplicava a territórios em litígio como são as Malvinas e suas dependências”.

Em 1973, a Argentina se tornou membro do Movimento de Países não Alinhados. Segundo Lanús (1984, p.470-71 apud CISNEROS; ESCUDÉ, 2000), seria a oportunidade para não só reivindicar o seu direito territorial, como também para buscar aliados em outros membros, que também se comprometessem com a sua causa para levar a questão para a ONU. Nesse sentido, na V Conferência de Ministros de Países Não Alinhados, realizada em Lima, colocou no parágrafo 89 sua declaração:

Os Países Não Alinhados, sem prejuízo de ratificar a vigência do princípio de autodeterminação como princípio geral para outros territórios, no caso especial e particular das Ilhas Malvinas apoiam firmemente a justa reivindicação da República Argentina e instam ao Reino Unido a prosseguir ativamente nas negociações encomendadas pelas Nações Unidas com o fim de devolver o dito território à soberania Argentina, e desse modo, terminar com essa situação ilegal que ainda persiste na parte sul do continente Americano. (Perl, 1983, p. 629 apud CISNEROS; ESCUDÉ, 2000)

Alguns anos mais tarde dessa conferência, diante das crescentes manifestações em prol dos direitos humanos, reivindicando o verdadeiro paradeiro dos “desaparecidos”, e a forte crise econômica de início dos anos 1980, as forças armadas argentinas, liderada por Galtieri neste momento, se viram acuadas em uma situação de ameaça na estabilidade em seu regime. No entanto, segundo Novaro (2010, p.182), a

junta militar possuía estratégias que permitiria, em um primeiro momento, “assegurar certa continuidade ao seu poder e aos seus papéis tradicionais”.

Nesse sentido, compreendendo que crise, na visão de Kosellek (2006, p. 358), seria uma fase singular na história e que viabiliza a uma “transição mais ou menos longa em direção a algo melhor ou pior ou para algo completamente diferente”, é possível inferir que um desses instrumentos para assegurar a continuidade da ditadura, seria desviar os olhares críticos da sociedade portenha em direção a uma crise latente em sua história política: a retomada da soberania nas Ilhas Malvinas.

Em outras palavras, Galtieri incitara a Guerra das Malvinas como uma manobra bonapartista, pois, além de ter seus objetivos expansionistas e de consolidação do regime ditatorial, foi uma estratégia de sua política externa, cuja finalidade seria entendida como “válvula de vazamento para fora das tensões internas” (PISTONE, 1998, p.119) do Estado. Desse modo, “Galtieri utilizou a política exterior como fonte de apoio e de trampolim para seus projetos políticos pessoais” (RUSSEL, 1990, p.24) de permanecer o Processo de Reorganização Nacional (autodenominação do regime ditatorial que recorta 1976 a 1983), cujos objetivos, de maneira geral, alinhados aos dos Estados Unidos, eram a luta contra a subversão comunista e solução da crise econômica pela via capitalista.

Para lograr a comoção e unidade pública argentina em face da invasão ao arquipélago, o discurso oficial foi embasado, segundo Novaro (2010, p.185), em prol a uma “causa nacional”. Nesse sentido, essa retórica pressupõe uma unidade nacional, que poderia ser comparada a homogeneidade, manifestada como nacionalismo, de Ernest Gellner(1981,p.88). Gellner (1981, p.88) argumenta que o nacionalismo nasce da homogeneidade da comunicação, dentre outros fatores, e, assim, “estes lagos de líquido homogêneo, por assim dizer, dentro dos quais peixes da mesma espécie podem se movimentar sem obstruções ou problemas culturais”.

É possível inferir, que esse cenário de harmonia nacional, seria o ideal para o caso argentino de 1981, pois ao alcançar esse nacionalismo, na visão de Gellner(1981, p.89), “a cultura [...] que é escolhida como meio desta homogeneidade, vem a definir o ‘lago’ político em questão, e assim se tornar objeto e o símbolo de lealdade, retórica e devoção”. No caso do conflito lindeiro bonaerense, a cultura seria despertar o latente desejo argentino sobre a retomada da soberania das Ilhas Malvinas para galgar a homogeneidade de uma unidade nacional, e, desse modo, construir um nacionalismo leal e devoto a “causa nacional”. Nesse sentido, Marcos Novaro e Vicente Palermo

(2007, p.574), complementam a ideia do relacionamento com um território como instrumento de desenvolvimento nacionalista:

Como interpelação nacionalista, o territorialismo é muito poderoso: intuitivamente compreensível, apresenta-se como uma missão do Estado por excelência; o território, silencioso, fala como a voz da nação e corrobora a unidade e harmonia que os nacionalismos postulam.

Em termos de resultados dos objetivos de comoção nacional e apoio ao regime, a causa Malvinas foi, por certo tempo, exitosa. Segundo Novaro (2010, p.184), “o apoio da opinião pública e da chefia civil foi tão amplo e entusiasta que Galtieri pode inclinar para fora do balcão da Casa Rosada e ver uma Praça de Mayo repleta” de argentinos ávidos pela recuperação das Ilhas. Dentre eles, inclusive, se encontravam os maiores opositores ao regime, como os sindicatos, mães dos desaparecidos e até os montoneros. Nesse sentido, de acordo com Duarte(1986, p.664), deve-se conceder reconhecimento a Galtieri por ter obtido, com a invasão, a unidade nacional.

Em face do crescimento das convulsões internas, compreendida pelos movimentos sindicais e crise econômica, segundo aponta Novaro (2010, p.184), a operação de recuperação das Ilhas datou em 2 de abril de 1982, quase um século e meio da usurpação britânica. Em questão de horas o Conselho de Segurança das Nações Unidas repassou uma resolução que, de acordo com Novaro (2010, p. 186), “condenava e ordenava a Argentina retirar suas tropas, que foi votada inclusive por países favoráveis a descolonização”. Além disso, os Estados Unidos auxiliaram militarmente as tropas inglesas.

A reação britânica, estadunidense e no cenário diplomático internacional chocou as expectativas do governo argentino, pois, segundo Novaro (2010,p.184):

Galtieri estimava que a ‘revolução neoconservadora’ em marcha nos Estados Unidos, e que já vinha avançando na Grã Bretanha com Margaret Thatcher, daria razão em todo o Processo, dado que compartiam o fervor anticomunista, a opção militar para os países do Terceiro Mundo com dificuldades, as privatizações e os ajustes fiscais para conter os sindicatos.

Desse modo, no balanço estratégico de Galtieri haveria uma fluidez sem percalços para conquistar a retomada da soberania das Ilhas, no entanto a guerra o desiludiu em seu pensamento de que assumir “compromissos estratégicos produziria

uma natural correspondência de lealdades” (RUSSEL, 1996, p.165), especialmente entre seu governo e o norte-americano.

A defesa despreparada e ineficaz argentina, salvo a Força Aérea, segundo Novaro (2010, p.188) deixava muito a desejar perto das tropas britânicas altamente capacitadas e com tecnologia superior. Apenas pouco mais de dois meses, em 14 de junho, o regime, a contragosto de Galtieri que desejava “manter o estado de guerra no Atlântico Sul, até que a Grã Bretanha se decidisse negociar” (DUARTE, 1986, p.659), se submeteu à capitulação. Obtendo como resultado, segundo Novaro (2010,p.188) o falecimento de 700 argentinos e 300 britânicos envolvidos no conflito.

O fracasso fulminante na Causa Malvinas deixou a população portenha perplexa, pois o regime mascarou as informações do que realmente estava ocorrendo no arquipélago. Segundo Duarte (1986, p.656), nos meios de comunicação a propaganda era “apresentada por uma mão fechada, polegar para cima e a legenda: ‘Argentina, a vencer’ [...] ‘jamais nos vencerão, jamais nos vencerão’”. Assim, o sentimento de revolta e frustração tomou conta dos argentinos, que voltaram a rejeitar o regime ditatorial.

Como consequência da derrota, o regime ditatorial do Processo de Reorganização Nacional entra num processo de fissuras institucionais. Isso ocorreu principalmente pela discussão desgastante em atribuir as responsabilidades ante ao fracasso:

Em meio de fortes recriminações recíprocas, se desenvolveu uma profunda crise militar marcada por uma série interminável de discussões inter e intra-forças sobre os meios mais convenientes para manejar a sucessão do regime e sobre a forma em que cada uma das armas havia se desempenhado durante a guerra (RUSSEL, 1990, p.24).

No dia 22 de junho, seis dias após a renúncia forçada de Galtieri e uma semana depois do fracasso, “a Frente Multipartidária considerou o regime militar totalmente ‘esgotado’ e pediu a formação de um Governo de transição” (DUARTE, 1986, p.659). Assim, assume o general Reynaldo Bignone como novo líder do Estado, que tinha como papel promulgar a transição democrática.

Em 30 de outubro de 1983 ocorrera algo incomum, segundo Novaro (2010, p. 195) um presidente, no caso radical, ganhara via eleição um partido peronista. Assim, Raúl Alfonsín encabeça a restauração democrática argentina. O líder da UCR recebera a Argentina em frangalhos nas dimensões sociais, política e econômica. Seu maior

enfoque eleitoral, segundo Novaro (2010, p.196) estivera focado essencialmente em três frentes:

Investigar e julgar os crimes do terrorismo de estado, democratizar as instituições e em particular os sindicatos e reativar rapidamente a economia para recuperar os níveis de emprego e salário.

Apesar de o governo de Alfonsín ser reconhecido pela criação da Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas e pelas fracassadas políticas econômicas, em sua administração se manteve a reivindicação secular da soberania das Ilhas. Datado em 10 de dezembro de 1983, em seu discurso de posse após as eleições, publicado no dia seguinte pelo jornal Clarín, Alfonsín afirmava:

No caso das Ilhas Malvinas, Georgias do Sul e Sandwich do Sul, nosso objeto indeclinável é e será sempre sua recuperação e a definitiva afirmação do direito de nossa nação a sua integridade territorial soberana. Neste ponto somos inflexíveis e a soberania é dado prévio à negociação. Impulsaremos a recuperação desses territórios insulares e sua integração definitiva a soberania da Nação reivindicando com energia e determinação o cumprimento das resoluções vigentes da Assembléia Geral das Nações Unidas que exortam a negociação direta de todos os aspectos.

Assim, mesmo com a derrota vexatória na Guerra, o governo de Alfonsín considera a soberania das Malvinas como uma questão pendente e permanente da política portenha. Nesse sentido, é possível inferir que os fatores motivacionais profundas para esse intrigante interesse atemporal e constante na soberania das Ilhas recaem nos conceitos de potência e glória de Aron (2002). Compreendendo que havia outros temas críticos na agenda de política interna argentina, principalmente no período de Alfonsín, “a vontade de vitória absoluta” parece ter sido impulsionada pelo desejo de liderança pela honra e glória (ARON, 2002, p.129). Ademais, reconquistar as Malvinas, a República Argentina teria alcançado, na visão de Aron (2002, p.129) um respeito, inerente ao vencedor, que a definiria em termos de “grandeza, consagrada pela vitória e a sujeição dos inimigos”.

Conclusão

A história política argentina das Malvinas teve seus altos e baixos no período de 1820 até 1983. Tendo como marcos, em termos de resultados, no seu período secular de disputa territorial, a posse momentânea por parte da recente República Argentina, em 1820, e durante a invasão de 1982, as resoluções 1514 e 2065 das Nações Unidas, as Resoluções XCVI e XCVII da Organização dos Estados Americanos e a retomada momentânea das Ilhas em 1982.

Nesse sentido, a hipótese do trabalho foi apresentar a questão Malvinas como uma constante na história política argentina, se manifestando independente do regime ser democrático ou ditatorial, de esquerda ou de direita. Dessa maneira, esse conflito perpassa pelo tempo como uma política de Estado. Ainda pendente, por não haver concretizado o seu objetivo de reaver a soberania estatal. Coube, ademais, analisar, dentro da hipótese, os extremos políticos de Galtieri e Alfonsín, que ao mesmo tempo tinham a mesma ambição perante as Malvinas, utilizavam ferramentas distintas. Na ditadura, era evocado o ethos do nacionalismo, visando à homogeneidade de sua população, para contenção da crise e instabilidade de seu regime. Já a democracia de Alfonsín, com o intuito velado de sair honrosa em alguma instância de sua política, dada instabilidade e fragilidade econômica interna, se viu recaída em desejos de honra, respeito e glória na retomada das Ilhas.

Compreendendo os estudos apresentados de primórdios do conflito entre a coroa britânica e os argentinos, em 1833, até cerca de 150 anos após, com a eclosão da Guerra das Malvinas, é possível inferir que os mecanismos utilizados pelos portenhos ainda não foram eficientes para o seu objetivo de obter a soberania permanente das Ilhas. Em outras palavras, a reivindicação das Ilhas Malvinas, ora pelo meio pacífico, com diálogos e negociações, ora pelo uso da força, com a invasão das Ilhas, foi frustrada pela falta de poder, em termos de capacidade material, e estabilidade econômica, da República Argentina no cenário internacional. Dessa forma, se não priorizar seus problemas econômicos internos e elevar seus recursos internos, há uma grande possibilidade de esse Estado semiperiférico não alcançar seu objetivo secular de recuperar as Ilhas.

Em menor escala, cabe como digressão a reflexão do conflito lindeiro entre o Brasil e a Inglaterra acerca da Ilha de Trindade. Houve um recuo da Grã-Bretanha, após um longo processo de negociação diplomática, e isso favoreceu a manutenção da

unidade nacional do Brasil. Desse modo, fica a indagação: por que, mesmo após mais de 180 anos de conflito territorial, o interesse britânico ainda persiste nas Ilhas Malvinas?

Referências bibliográficas

Artigos

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Brasil e as Crises Financeiras Internacionais:1929-2001**. Cena Internacional. Ano 3, nº 2, 2001.

DE LA BALZE, Felipe “La política exterior en <tres tiempos>” en Felipe De la Balze y Eduardo Roca (comp.), **Argentina y Estados Unidos. Fundamentos de una nueva Alianza**, CARI-ABRA: Buenos Aires, p. 11-42, 1997.

HEKIMIAN, Leonardo P. **Las grandes cuestiones de la Política Exterior Argentina**. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires, 2002.

KOSELLEK, Reinhart. **Crisis**. Journal of the History of Ideas, V. 67, N. 2, 2006.

PADRÓS, Enrique Serra. **O Paraguai de Stroessner no Cone Sul da Segurança Nacional**. IX Encontro Estadual de História. Rio Grande do Sul, 2008.

RUSSELL, Roberto. **Las Relaciones Argentino-Norte Americanas: ¿ El fin del desencuentro?**. Instituto del Servicio Exterior de la Nación, 1996.

Livros

ARON, Raymond. **Paz e Guerra Entre as Nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

BUSS, Claude A. **The People's Republic of China and Richard Nixon**. California: Stanford, 1972.

CARAVOZZI, Marcelo. Ciclos Políticos na Argentina a partir de 1955. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (ed.). **Transições do Regime Autoritário: América Latina**. São Paulo: Vértice, 1988.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. 4. ed. Brasília: UnB, 2011.

CISNEROS, André.; ESCUDÉ, Carlos. **História de las Relaciones Exteriores Argentinas**. Disponível em: <www.argentina-rree.com>. Acesso em: 8 out. 2014.

DESTEFANI, Laurio H. **Malvinas, Georgias y Sandwich del Sur, ante el conflicto con Gran Bretaña**. Buenos Aires: Edipress, 1982.

DOS SANTOS, Ana Maria América Latina: dependência, ditaduras e guerrilhas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (org.) **O Século XX**:

o tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

DUARTE, General Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986.

FERRER VIEYRA, Enrique. **Segunda cronología legal anotada sobre las Islas Malvinas (Falkland Islands).** Córdoba, 1993.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Evolução política do regime militar chileno e problemas da transição para a democracia. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (ed.). **Transições do Regime Autoritário: América Latina.** São Paulo: Vértice, 1988.

GELNER, Ernest. **Nacionalismo e democracia.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

GILLESPIE, Charles G. A transição do regime militar-tecnocrático colegiado do Uruguai. In: O'DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (ed.). **Transições do Regime Autoritário: América Latina.** São Paulo: Vértice, 1988.

GOEBEL, Julius. **Pugna por las islas Malvinas: un estudio de la historia legal y diplomática.** London: Yale University, 1983.

GUSTAFSON, Lowell S. (1988): **The Sovereignty Dispute over the Falkland (Malvinas) Islands.** Oxford, New York, Oxford University.

HALL, Walter Phelps; ALBION, Robert Greenhalgh; POPE, Jennie Barnes. **A History of England and the Empire-Commonwealth.** Boston: Ginn and Company, Fourth Edition, p.696-721, 1961.

HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: O breve século XX. 1914-1991.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KARNAL, Leandro. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2007.

KEOHANE, Robert O. **Instituciones internacionales y el poder estatal: ensayos sobre teoría de las relaciones internacionales.** Buenos Aires: Latinoamericano, 1993.

KISSINGER, Henry. **A Diplomacia das Grandes Potências.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1999.

LANÚS, Juan Archibaldo. **De Chapultepec al Beagle. Política Exterior Argentina 1945-1980.** Buenos Aires: Emecé, 1984.

LINHARES, Maria Yedda L. Descolonização e lutas de libertação nacional. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. (org.) **O Século XX: o**

tempo das dúvidas. Do declínio das utopias às globalizações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (ed.). **Transições do Regime Autoritário: América Latina.** São Paulo: Vértice, 1988.

NOVARO, Marco e PALERMO, V. **Ditadura militar argentina 1976-1983: do golpe de estado à restauração democrática.** São Paulo: EDUSP, 2007.

NOVARO, Marco. **Historia de la Argentina: 1955-2010.** Buenos Aires: Siglo XXI, 2010.

PARADISO, José. **Debates y trayectoria de la Política Exterior Argentina.** Buenos Aires: Latinoamericano, 1993.

PECEQUILO, Cristina. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?.** 3. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

PERL, Raphael. **The Falkland Islands Dispute in International Law and Politics: A documentary sourcebook.** New York: Oceana, 1983.

PISTONE, Sergio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política.** 11. ed. Brasília: UnB, 1998.

RUSSELL, Roberto. **Política Exterior y Toma de Decisiones en América Latina.** Buenos Aires: Latinoamericano, 1990.

TORRES FILHO, Ernani Teixeira. **O Papel do Petróleo na Geopolítica Americana.** Estados Unidos: presente e desafios. Brasília: Funag, 2008.

VIZENTINI, Paulo G. F. **A Grande Crise: A nova (des)ordem internacional dos anos 80 aos 90.** Petropolis: Vozes, 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Análisis de Sistema-Mundo: Una introducción.** México: Siglo XXI, 2006.

ZÁRATE, Verónica V. Ortiz de. Regime Pinochet (1973-1990): Ditadura e Terrorismo de Estado no Chile. In: **II Jornada de estudos sobre as ditaduras e direitos humanos: há 40 anos dos golpes no Chile e no Uruguai.** Porto Alegre, 2013.